Testemunha apresenta nova versão para o desaparecimento dos militantes da Chacina do Parque

Notícias

Enviado por : Gilles Gomes
Enviado em: 11/03/2014 14:30:00

11-03-2014

Em visita realizada entre os dias 6 e 8 de março na região do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, membros da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Assis do Couto (PT) e o jornalista Aluízio Palmar entrevistaram novas testemunhas que apontam uma nova versão sobre a morte dos seis desaparecidos políticos do evento que ficou conhecido como a Chacina do Parque.

A morte dos seis integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 13 de julho de 1974, é um dos episódios mais recobertos de incertezas e mistério, até hoje, entre todos os casos de mortes e desaparecimentos registrados no período ditatorial. Daniel José de Carvalho, Enrique Ruggia, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Onofre Pinto e Vitor Carlos Ramos teriam sido assassinados, segundo testemunhas, na Estrada do Colono, que corta o Parque Nacional do Iguaçu.

Segundo o depoimento de uma nova testemunha, que prefere não ser identificada, três dos desaparecidos políticos teriam ficado durante alguns dias em uma chácara próxima a entrada do Parque Nacional.

A testemunha afirmou ainda ter ouvido uma conversa entre Alberi Vieira dos Santos e outros agentes da repressão, em que relatavam que três militantes seriam mortos e enterrados dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Algum tempo depois ele viu os três entrando em uma Kombi que seguiu para dentro da mata.

A comitiva mostrou algumas fotos à nova testemunha que reconheceu José Lavechia como um dos três que entraram na Kombi. Identificou ainda Onofre Pinto e Vitor Carlos Ramos como os outros possíveis desaparecidos daquele dia. As demais vítimas do episódio não foram reconhecidas pela testemunha.

Alberi foi o agente da repressão, que segundo relatos, teria atraído os seis militantes da VPR que estavam exilados na Argentina em 1974, para reiniciar a luta armada no Brasil. Segundo testemunhos, seu objetivo era na verdade atrair esse grupo para a morte.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Assis do Couto, acredita que a chacina pode estar relacionada com o fechamento da Estrada do Colono, via de aproximadamente 18 quilômetros que ligava os municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu. Para o deputado, a

determinação do fechamento da estrada, na época da ditadura, ocorreu para esconder estas e outras mortes ocorridas no local na época do regime.

Vamos fazer um requerimento na Comissão de Direitos Humanos para, em conjunto com a Comissão Especial sobre Mortos da Secretaria de Direitos Humanos, realizar uma missão até o interior do parque, no local onde podem estar estes corpos. E neste mesmo momento realizar um grande seminário, em Serranópolis, para explicar à população o que estamos investigando e a importância destas descobertas para a história da região, do Paraná, e do Brasil, acrescentou o parlamentar.

Para o jornalista Aluízio Palmar, que escreveu o livro Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?, reconstruindo os passos dos guerrilheiros, as novas descobertas são importantes, pois foram ouvidas testemunhas que acrescentaram informações muito relevantes para a busca pelos corpos dos mortos na chacina do parque.

Para o coordenador da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Gilles Gomes, a colaboração de agentes públicos que atuaram a serviço do regime tem contribuído cada vez mais para o resgate do passado. Os depoimentos de agentes públicos que prestaram serviço durante o regime militar se intensificou no último período e isso tem se mostrado essencial para o resgaste do passado, afirmou.

Sobre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada pela Lei 9.140/1995, com os objetivos de promover a busca de informações e a construção de instrumentos que permitam a elucidação de violações contra os direitos humanos ocorrida durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), proceder ao reconhecimento e reparação de pessoas mortas ou desaparecidas e promover a localização, a identificação e a devolução dos seus restos mortais aos familiares.